

POLÍTICA E ECONOMIA

ATENÇÃO COM A AGRICULTURA

PEDRO ABEL VIEIRA¹ ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN² ELISIO CONTINI³
DIEGO ARIAS⁴

NAS ÚLTIMAS décadas, a agricultura e o agronegócio brasileiros têm sido festejados como ‘salvadores da pátria’. Por outro lado, são acusados de apresentar uma dinâmica baseada na sobre-exploração dos recursos naturais e na exportação de *commodities*. Além de prejudicarem a reputação da agricultura brasileira, os exageros dessas afirmações provocam danos econômicos consideráveis. Não é suficiente dizer que ‘o agro é *pop*’ para questionar ou difundir uma opinião mais favorável ao setor. É preciso alimentar o debate com dados empíricos e estudos detalhados para mostrar a realidade como ela é.

A análise dos últimos Planos Agrícolas e Pecuários (PAPs) das safras revela as suas limitações enquanto planos setoriais no Brasil. Trata-se, de forma básica, de um ordenamento do crédito rural e, muito secundariamente, de políticas para promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade. Na prática, os Planos mantêm uma lógica anual sem contribuição para formatar um horizonte mais largo de planejamento. Esse objetivo do PAP também perde relevância à medida que reduz o crédito rural oferecido pelo Estado quando se compara o Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuário às necessidades de financiamento do setor e aos volumes movimentados pelas demais fontes de recursos, estritamente privadas.

O esforço para melhorar o planejamento das políticas públicas para a agricultura não consegue avançar mais por uma razão simples e objetiva: o Estado brasileiro não conta com uma instituição responsável pela inteligência setorial a exemplo do Economic Research Service (ERS), nos Estados Unidos. A missão desse órgão é antecipar tendências e questões emergentes em agricultura, alimento, meio ambiente e desenvolvimento rural. Sem se envolver com estatísticas e/ou inovações tecnológicas, o ERS possui grande objetividade e capacidade de análise em temas socioeconômicos como:

- **Economia agrícola** – desempenho do setor agrícola e bem-estar das famílias dos agricultores, tamanho e concentração da produção e análises de mercados agrícolas;
- **Alimentos e nutrição** – programas de segurança alimentar e nutrição, dietas alimentares e saúde, acesso e preços de alimentos;
- **Segurança alimentar** – benefícios sociais e redução dos riscos em segurança alimentar, impactos socioeconômicos dos riscos alimentares, e regulamentação *versus* decisões do setor;
- **Mercados globais e comércio** – principais mercados, impactos econômicos das exportações e das importações, barreiras comerciais e potenciais acordos comerciais;
- **Recursos naturais e meio ambiente** – impactos econômicos de programas de conservação, eficácia de políticas ambientais e aumento da competitividade agrícola por meio da tecnologia;
- **Economia rural** – investimentos *versus* desempenho econômico rural e mudanças demográficas e seu impacto sobre as comunidades rurais.

O ERS ajusta o seu programa de pesquisa e produtos para servir àqueles que, de maneira rotineira, fazem ou influenciam políticas públicas e decisões de programas, a exemplo da Casa Branca e do Congresso americano, além do setor privado. Assim, privilegia a prosperidade econômica do setor agrícola. As suas políticas e os seus procedimentos para publicação de pesquisas e dados são projetados para garantir análises objetivas e de alta qualidade.

Os seus relatórios de pesquisas, artigos e bancos de dados são publicados digitalmente pelo ERS, com estimativas, previsões e indicadores econômicos e

estatísticos dos EUA e globais. Os temas recobrem informações agrícolas e de renda familiar, custo de produção, previsão de produção e produtividade das principais culturas e dos produtos pecuários. As projeções são traçadas para os próximos dez anos do setor agrícola, com previsões do Índice de Preços ao Consumidor dos alimentos. Há o relatório anual sobre segurança alimentar de domicílios nos EUA. O órgão possui dois atlas, um referente a ambiente alimentar e outro a pesquisa de acesso a alimentos, além de um mapeamento dos custos de doenças transmitidas por alimentos.

E, para a economia agrícola do Brasil, o que podemos fazer? No momento de crise fiscal no País, não é adequado que o Brasil copie uma estrutura pública com quatrocentos empregados como a do ERS. As novas tecnologias de informação e organização permitem formas mais flexíveis e arranjos para gerar resultados satisfatórios para os interesses do País. Há bons profissionais no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e

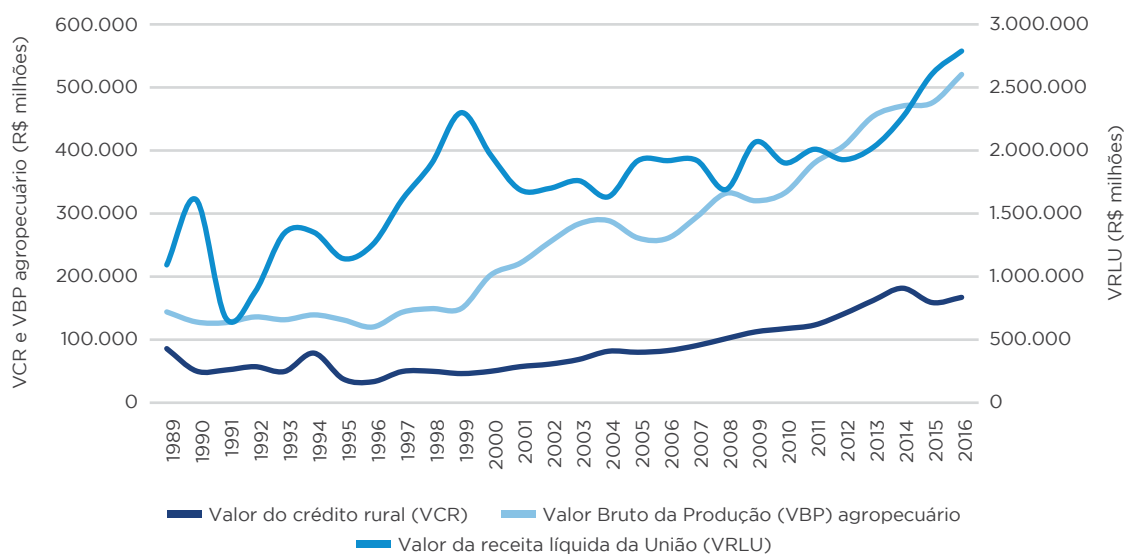
nas instituições vinculadas a ele, como a Embrapa, nas universidades – particularmente nos cursos de Ciências Agrárias –, nos institutos de pesquisa e no setor privado.

No presente, trata-se de estabelecer um programa de pesquisa com objetivos claros e posicionamento prático, alocar recursos num fundo e reunir em rede profissionais interessados nos temas prioritários à agricultura do País. Deve haver um planejamento de longo prazo para evitar surpresas de eventos quanto aos quais o Brasil precise tomar posicionamentos. Outro ponto fundamental para o sucesso desse arranjo é identificar líderes com forte credibilidade para coordenar o processo.

Políticas públicas e negociações comerciais internacionais exigem informações qualificadas. A presente proposta responde à lacuna na área de Economia Agrícola de forma a contribuir para o crescimento da agricultura brasileira. Que o governo que ora se instala no Brasil faça bom uso dela! ■

VALOR DA RECEITA LÍQUIDA DA UNIÃO, VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIO E VALOR DO CRÉDITO RURAL EM 2015

(R\$ MILHÕES)



1 Pesquisador da Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Sire/Embrapa)

2 Professor doutor do Instituto de Economia da Universidade Estadual

de Campinas (IE/Unicamp)

3 Pesquisador da Sire/Embrapa

4 Economista principal do Departamento de Agricultura do Banco Mundial